

O Estado na África pós-colonial: Bénin o modelo de democracia?

The State in Postcolonial Africa: Benin the model of democracy??

AGOSSOU LUCIEN AHOUCAN¹

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar o conceito de Estado, e aplicar esta análise ao Estado pós-colonial. O artigo pretende entender de que forma o Estado subsiste na África pós-colonial e qual é a sua relação com a democracia. O Bénin será usado como caso apesar da sua primeira década pós-colonial marcada pela instabilidade crônica.

Palavras-chave: Estado, patrimonial, África.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the concept of State, and to apply this analysis to the post colonial state. The article intends to understand how the state subsists in post-colonial Africa and what is its relation with democracy. The Benin will be used as a case despite its first post-colonial decade marked by chronic instability.

Keywords: State, Patrimonial, Africa.

Recebido em:
9 de Setembro de 2018

Received on:
September 9, 2018

Aceito em:
8 de Fevereiro de 2019

Accepted on:
February 8, 2019

DOI: 10.12957/rmi.2018.37167

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). **Endereço para correspondência:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, N. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 9º andar, Bloco F, Sala 9037F, Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Email:** lucienahouangan@outlook.fr **ORCID:** 0000-0003-3116-9370

Introdução

Os conflitos armados no continente africano sempre parecem ser a consequência do efeito dominó. Na maioria das vezes eles são decorrentes de crises políticas inicialmente mal resolvidas. A complexidade das estruturas políticas na África tem geralmente a ver com o estabelecimento de partidos políticos, que em regra geral, são mais regionais e étnicos do que ideológicos. Às vezes o carisma de um político é suficiente para ter seguidores e votos durante uma eleição. Alguns indivíduos tornam-se líderes de partidos políticos muitas vezes por herança ou por pertencimento a um grupo étnico que reivindica tal partido. A própria estrutura histórica do continente pode explicar esse fato. Bem antes da colonização o sistema político africano funcionava como o modelo da família patriarcal romano, que era dominada pelo pater famílias (Sciara, 2016). No modelo familiar romano o pai da família tinha os poderes sendo o patriarcal potestas (Sciara, 2016). Ele era o representante da pátria no nível familiar, o que lhe conferia a autoridade legítima, incontestável e radical. Nesse modelo todos os poderes eram concentrados na mão de um único indivíduo que era respeitado, e representante da lei simbólica, a quem,

de forma alguma pode ser questionado, seu jeito de dirigir a vida cotidiana da família. Anos depois da descolonização, alguns presidentes africanos continuam aplicando essa forma antiga de dirigir a família, se considerando assim o chefe supremo e todo poderoso a quem nenhum questionamento pode ser feito a respeito à maneira de conduzir sua política interna. O Estado na África na maioria dos casos é considerado como um patrimônio, daí a persistência de regimes autoritários. O objetivo desse artigo é analisar o conceito de Estado, e em seguida ver de que forma o Estado subsiste na África pós-colonial. O Benim será usado como caso apesar da sua primeira década pós-colonial marcada pela instabilidade crônica.

O conceito de Estado

Um grande número de cientistas políticos emprega o termo Estado inspirando-se na definição de Max Weber, que o definiu como um grupo corporativo que tem jurisdição compulsória, exerce organização contínua e reivindica o monopólio da força sobre um território e sua população, incluindo “todas as ações que ocorrem na área da sua jurisdição” (Weber, 1964). Segundo Jackson e Roseberg (1982), Weber coloca ênfase

sobre sua definição como meios e não como fins, e os meios distintivos para ele são as forças. A noção de jurisdição e de uma autoridade que exerce o monopólio da força é importante nessa definição de Weber, e o monopólio deve ser exercitado por uma entidade apenas no mesmo território. Isso quer dizer simplesmente que quando existem dois monopólios de força num mesmo território a noção de Estado não pode ser aplicada. Os casos comuns são situações em que existe um governo cuja autoridade é contestada por um grupo rebelde ou dissidente, que também exerce de certa maneira um controle sobre uma parte do território.

Ao olhar essa definição de Estado, países como Nigéria com a guerra do Biafra, o Congo com a guerra do Katanga e a Costa do Marfim na crise de 2002 deixaram de ser Estados em um determinado momento porque o monopólio da força era exercitado por pelo menos duas entidades. Esta definição do Estado de Weber é qualificada de empírica. Além da definição empírica, Ian Brownlie (1979) jurista internacional deu mais ênfase à uma definição jurídica do Estado. Um Estado jurídico é um Estado cuja definição aproxima-se daquela que figura na carta da ONU. Para ser reconhecido um Estado tem que reunir quatro elementos: 1) uma

população permanente; 2) um território definido; 3) um governo efetivo, 4) uma capacidade a estabelecer relações legais com outros Estados.

Uma das grandes dificuldades com essa definição jurídica, é de saber se esses quatro elementos devem obrigatoriamente permanecer para o Estado existir. Por exemplo, num determinado momento a população do Quênia foi mais permanente e seu governo mais efetivo do que Uganda. Porém, esses dois Estados sobreviveram como jurisdições soberanas (Jackson; Roseberg, 1982). É importante ressaltar que as definições do Estado de Brownlie e Weber são elementos essenciais para examinar Estado jurídico e empírico na África subsaariana. A própria definição de Brownlie tem também aspectos empíricos, que são a) uma população permanente ligada a um território e com uma comunidade estável; e b) um governo efetivo com órgãos administrativos e legislativos centralizados (Brownlie, 1979).

A diversidade cultural que abunda nos Estados africanos pode ser catastrófica para essa noção de comunidade estável. Com efeito, os países africanos são compostos de diferentes etnias, religiões, linguagens, o que tem por consequência brigas internas que levam

geralmente a conflitos armados ou guerras civis. Uma comunidade de um país X pode ter mais afinidade com uma comunidade de um país Y pelo simples fato que elas eram uma comunidade apenas antes da balcanização colonial do continente ligado aos interesses do ocidente. No Sudão, por exemplo, a divisão racial entre árabes e africanos é reforçada pela geografia, religião e linguagem, e isto resultou em conflitos fora do controle do Estado (Jackson; Roseberg, 1982). Tal situação contribui à desestabilização política e social na África, e aos conflitos internos – Sudão (1956-1972; 1983-2005); Ruanda (1959-1964); Zaire (1960-1965, 1977-1978); RDC (1998-2003); Etiópia (1962-1982); Zanzibar atual Tanzânia (1964); Burundi (1966-1972); Chad (1966-98); Uganda (1966, 1978-1982); Nigéria (1967-1970); Angola (1975-1992); Costa do Marfim (2002-2011) –; e conduz a afirmação de que poucas comunidades estão estáveis no continente africano.

No que diz respeito ao governo efetivo com órgãos legislativos e descentralizados, ele aparece como eurocêntrico porque na África contemporânea em geral os governos não administram com base a legislação, mas sim, com regras arbitrárias e pessoais. Por essa razão Jackson e

Roseberg (1982) tentaram trazer uma definição mais universal e abrangente da noção de governo efetivo. Para eles o governo efetivo é um governo centralizado com a capacidade de exercer controle sobre o território do Estado e das pessoas que residem nele. Por “exercício de controle” eles entendem a capacidade de pronunciar, implementar e impor comandos, leis, políticas e regulamentos (Jackson; Roseberg, 1982). No entanto, tal definição levanta a questão de capacidade financeira desses Estados africanos para fim de exercer esse controle em todo o território e implementar leis e regulamentos adequados.

Ademais, é simplesmente difícil encontrar no continente africano, Estado que tem órgãos institucionais e constitucionais que sejam independentes da personalidade do chefe do Estado. Tendo um regime civil ou militar, o Estado pós-colonial africano é na maioria das situações assimilado aos regimes autocráticos, autoritários, e é dirigido segundo as aspirações pessoais do governante, como foi o caso da Costa do Marfim de Felix Houphouet Boigny, do Camarões de Ahmadou Ahidjo, do Gabão de Omar Bongo, do Togo de Gnassingbé Eyadema, do Zaire de Mobutu Sesseko.

Os atributos jurídicos do Estado que são o território e a independência que Brownlie(1979) destacou são muito importantes para existência do Estado. Estes atributos de acordos com o direito internacional permitem ao Estado estabelecer relações com seus pares e pertencer à sociedade internacional dos Estados. O Estado além das características empíricas precisa dos atributos jurídicos de independência e território para existir como Estado. É basicamente impossível conceber sua existência sem território e sem um reconhecimento por parte da sociedade internacional dos Estados. Na África existiram territórios que tinham as características empíricas dos Estados, porém eles não foram reconhecidos como membros da sociedade internacional dos Estados, tal foi o caso de Venda, Bophusthawana e Ciskei que eram reconhecidos pela África do Sul e não pela sociedade internacional. Estes territórios existiram no período do apartheid, e hoje em dia eles são extintos.

Definido desta forma, o Estado pode então ter diversas características: Estado falido como a Somália, Estado fraco e/ou patrimonial como a maioria dos Estados na África, Estado democrático como o Gana, Botsuana. A luz dessas definições empíricas e

jurídicas, podemos analisar os tipos de Estado na África.

Estado patrimonial

As diferentes estratégias e ideologias de desenvolvimento sendo de inspiração liberal ou socialista têm em comum o fato de deixar a responsabilidade de desenvolvimento ao Estado (Medard, 1990). É então da responsabilidade do Estado fornecer os meios e condições necessários para seu desenvolvimento. O fato é que o Estado não deve ser apenas o “Etat gendarme”², mas, também, aquele que inicia e implementa as diretrizes do desenvolvimento. Assim, os dirigentes na África para legitimar seus poderes se apoiaram sobre os mitos do desenvolvimento e da construção nacional. A transição entre Estado colonial e Estado pós-colonial deveria ser a coisa mais fácil que podia se fazer, pois, existia o Estado, herança da colonização; faltava apenas sua fusão com o Estado africano pré-colonial para formar o Estado africano pós colonial.

Todavia, o balanço desta fusão ou em outras palavras do Estado pós-colonial décadas mais tarde, é dos mais cruéis:

² O gendarme é um tipo de policial que existe na França e nas antigas colônias francesas. O termo Etat gendarme é usado para caracterizar o Estado coercitivo e que tem o monopólio do uso da violência para poder obrigar o cidadão a se conformar as diferentes leis em vigor.

crises políticas sem fim, conflitos armados, guerras civis, regimes ditatoriais e Estados que são patrimônios dos dirigentes. O que aconteceu? Para onde foram parar as aspirações de desenvolvimento pós-coloniais? A resposta a esta última pergunta pode se encontrar na palavra “pós-colonial”. No seu livro Krishna (2009) escavou uma série de significados do termo pós-colonial, isso numa tentativa de nos ajudar a entender o termo. Ele se baseou no Foucault cujo objetivo não era oferecer um significado definitivo do termo, mas, mostrar sua genealogia ao longo do tempo, suas imbricações com questões de poder e ação política e, de forma mais central, como esses vários significados sedimentados do termo pós-colonial se relacionam com o processo de globalização (Krishna, 2009).

O pós-colonial implica o colonial, o colonizador e o colonizado. Estes termos são indissociáveis quando quer se tratar de pós-colonial. Após a descolonização do continente africano, vários países experimentaram a cruel realidade dos regimes ditatoriais e autoritários, este período foi caracterizado pela instabilidade política crônica na África. Por exemplo, o Bénin entre 1960 e 1972 conheceu quatorze presidentes diferentes. No

entanto, a partir da década de 1990 vários regimes autoritários organizaram eleições presidenciais e apesar de uma grande oposição, líderes como, Felix Houphouet Boigny na Costa do Marfim; Daniel Arap Moi no Quênia; Gnassingbe Eyadéma no Togo e Paul Biya no Camarões se mantiveram no poder.

Inúmeros fatores explicam tal situação. Primeiro, o papel importante dos antigos colonizadores. Com efeito, após a eleição de Daniel Arap Moi, ele foi pressionado para adotar um texto de lei que legaliza o multipartido no país. Essa pressão foi feita pela comunidade internacional e pelos principais doadores e fornecedores de ajuda internacional ao Quênia. Porém, por mais inacreditável que poderia parecer, depois da legalização dos partidos da oposição, os doadores desencorajaram repetidamente medidas que poderiam ter levado a uma democratização mais abrangente. Tudo isso foi feito conscientemente e as eleições injustas foram aceitas por parte desses doadores e por cima de tudo subverteram esforços domésticos para garantir reformas de longo prazo. Diante da mobilização popular anti-regime, a principal preocupação dos doadores parecia ser a prevenção de qualquer caminho que pudesse levar a uma quebra da ordem política e econômica,

mesmo que isso significasse legitimar e prolongar o caráter autoritário do regime (Brown, 2001). Por isso, ao usar o termo pós-colonial, Hamza Alavi refere-se às sociedades que uma vez foram colonizadas e agora são independentes, em outras palavras, ex-países coloniais (citado por Krishna, 2009). No entanto, esses ex-países coloniais continuam de certa maneira vivenciando um novo tipo de colonização sob sua forma mais perversa.

Segundo, os fatores mais endógenos ligados à própria gestão do Estado pelas elites africanas, são explicações à situação atual do continente africano. O Estado sendo um sistema abstrato, objetivo e universalista do poder, ele é desviado pelos seus agentes dirigentes e cada ator cria seu próprio sistema pessoal de poder. Esse tipo de governança mostra-se um perigo pelo próprio Estado e sua estabilidade, e o neo-patrimonialismo ilustra muito bem essa situação. O uso de “neo” é uma oposição ao patrimonialismo, que segundo Max Weber é um tipo ideal de dominação tradicional baseado sobre a ausência de diferenciação entre o público e o privado (citado por Medard, 1990). O patrimonialismo tradicional é visto como uma mistura variável entre o arbitrário pessoal e as normas tradicionais, assim ele corresponde à

uma extensão da lógica da dominação patriarcal além das fronteiras do parentesco (Medard, 1990). No que diz respeito ao neo-patrimonialismo, Eisenstadt (1973) argumenta que ele é uma forma moderna do patrimonialismo e é diferente do patrimonialismo dos tempos medievais. Mas, Médard (1999) situa a diferença no funcionamento interno dos regimes. A confusão entre o público e o privado é uma das características do continente africano segundo Médard.

A concepção neo-patrimonial do poder se situa no prolongamento histórico da concepção patrimonial tradicional, porém não deve ser confundida com esta, na medida em que aquela não está enraizada em qualquer legitimidade tradicional. Há uma diferença entre os Estados neo-patrimoniais ‘racionalizados’, isto é, aqueles regulados por um modo de regulação específico fundado na redistribuição particularista, e os Estados puramente predatórios e cleptocratas que descambam para a criminalização e privatização do Estado. Este último caso, que recorda o ‘sultanismo’ de Max Weber, corresponde ao caso limiar e ao paroxismo do neo-patrimonialismo, que em última instância destrói o Estado do qual ele se alimenta. Trata-se do estágio terminal do neo-patrimonialismo (Medard, 1999).

Após a colonização, o continente africano estava - ou está - confrontado a um outro desafio do período pós-colonial: a globalização. Esta era da globalização é marcada pela ordem internacional liberal liderada pelos

EUA e apresenta características semelhantes ao imperialismo. Na maioria dos casos as elites africanas atuam como baluartes da potência imperial americana e ocidental; e como recompensa essas elites podem permanecer no poder e se enriquecer ao custo da estabilidade política e social. Uma situação que pode perdurar enquanto as elites africanas servem os interesses do poder do centro. E para manter esta ordem estável, está instaurada uma relação Hierarquia – Comando. É uma relação hierarquicamente organizada entre as entidades onde o poder e a autoridade são concentrados nas mãos de um polo único. Nesse sistema hierárquico a ordem é estabelecida ou imposta pela capacidade do poder do Estado líder (Ikenberry, 2011). Ainda se for uma situação de cooperação, a potência hegemônica pode ameaçar agir de maneira irracional a curto prazo, o que pode levar o outro ator a cooperar. Ou simplesmente usar a tática da ameaça e da promessa (Martin, 1992).

Assim o pós-colonialismo apareceu como uma tentativa de resistir a essa hegemonia ocidental sobre a periferia, em outros termos é uma maneira de tentar reduzir a assimetria nas relações Norte-Sul. Sankaran Krishna (2009) falou sobre as narrativas da modernização e do

subdesenvolvimento. O argumento sustentado é que a globalização neoliberal é o último herdeiro intelectual da modernização, e o pós-colonialismo é o filho do subdesenvolvimento e da resistência à história da modernização (Krishna, 2009). O autor argumenta que a globalização é um movimento que está sufocando o mundo inteiro com uma forma de produção baseada no capitalismo de livre mercado e uma ideologia de consumismo individualista, enquanto o pós-colonialismo articula uma política de resistência às desigualdades, exploração dos seres humanos e o meio ambiente, a diminuição das escolhas políticas e éticas que surgiram na sequência da globalização (Krishna, 2009).

O fato é que as elites africanas mergulharam de formas incoerentes na ideologia da globalização, eles tentaram aplicar preceitos e conceitos inadequados às realidades de seus países. Fazendo referência a Krishna (2009), a globalização é o filho da modernização daí a dificuldade de entender como aplicar tais ideologia, ainda de maneira irracional, a países enraizados no subdesenvolvimento crônico e endêmico. A globalização em si não pode ser considerada como nefasto, porém a maneira cuja ela é aplicada nas relações Norte-Sul

constitui um perigo para países do sul global.

As sociedades pós-coloniais são propensas as burocracias militares, ditaduras e o colapso da democracia por causa da militarização, do caráter superdimensionado do Estado e a “patrimonialização” do Estado. O “pós” no pós-colonialismo não significou deixar para trás o colonialismo, mas enfatizou a continuidade da relevância do seu impacto no Estado, na política, na formação de turmas, nas forças armadas, na burocracia, na economia e em outras partes cruciais de desenvolvimento do país do terceiro mundo após a descolonização (Krishna, 2009). O Estado pós-colonial africano é uma mistura do Estado pré-colonial na sua forma patriarcal e do Estado colonial caracterizado pelo domínio do centro sobre a periferia. Na África, o Estado pós-colonial atual é patrimonial e as elites africanas obedecem às ordens das super potências do centro em troca de se manterem no poder sob a forma de ditadura, autocracia e democracia falsa e falsificada.

Existe então uma diferença entre neocolonialismo e pós-colonialismo. O neocolonialismo atribuiu a culpa pelos problemas econômicos e políticos de países do terceiro mundo recentemente independentes nas antigas potências

coloniais e minimizou o papel dos líderes do terceiro mundo, Estados e classes proprietárias no colapso do desenvolvimento e da democracia em suas nações. Por outro lado, a descrição de Alavi das sociedades pós-coloniais, em seu subdesenvolvimento em andamento, enfatiza a interação entre Estados e elites dentro das nações do terceiro mundo por um lado, e potências ocidentais e interesses corporativos por outro (citado por Krishna, 2009).

Neste mundo neocolonial, os atores africanos representados pelas elites dirigentes agem com base da escolha racional, sendo que a estrutura social internacional pode definir o comportamento a ser adotado e as regras e os papéis de cada ator. Os atores se conformam em parte por razões racionais, mas, também, porque se tornam socializados por aceitar esses valores, regras e papéis. Eles internalizam os papéis e as regras como scripts para os quais eles se adequam, não por escolha consciente, mas porque eles entendem esses comportamentos como apropriados (Finnemore, 1996). A atuação racional africana no mundo pós-colonial segue a lógica da adequação conduzida pela estrutura social que governa os tipos de ações a ser tomadas e implementadas, e também a lógica da consequência

dirigida pelos agentes. Agentes ou atores específicos fazem o cálculo dos meios-fins e planejam a estratégia para maximizar os benefícios (Finnemore, 1996) que na maioria dos casos são para eles mesmos e não para o Estado ou o bem coletivo.

Porém, todos os Estados africanos não têm vivenciado a mesma experiência. Alguns deles perduraram no fracasso democrático enquanto outros depois de longos anos de instabilidade conseguiram voltar no caminho da democracia.

Bénin: o exemplo democrático?

Como a maioria dos países africanos, o Dahomey foi colonizado pela França e ficou sob seu domínio oficial até dia 1 de agosto de 1960, dia em que conseguiu sua independência. Logo após sua descolonização o recém Estado nascido sofreu uma onda de instabilidade sociopolítica marcada por vários golpes militares. A história política do Bénin (ex-Dahomey) é marcada por dois grandes períodos: o primeiro é de 1960 a 1990 caracterizada pela instabilidade política e o segundo de 1990 aos dias atuais marcado pelo advento da democracia.

O primeiro presidente do Dahomey independente, Hubert Maga (1º de agosto 1960 – 27 de outubro 1963;

Maio de 1970 a maio de 1972) era membro das elites coloniais, que juntas com a nova burguesia eram pouco preocupadas com os desafios do subdesenvolvimento. A única preocupação era a patrimonialização do Estado e o culto do legado colonial: dividir para reinar melhor. Em outubro de 1963 o coronel do exército do Dahomey Christophe Soglo chegou ao poder pelo intermédio de um golpe de Estado. Em janeiro de 1964 ele deixou o poder aos civis depois das eleições organizadas e Sourou Migan Apithy tornou-se o segundo presidente civil e eleito do Dahomey, ele governou de janeiro de 1964 a novembro de 1965. O dia 27 de novembro 1965 ele é demitido pelo seu próprio partido político que nomeou Ahomadegbé como novo Chefe do Estado.

Mas a cadeira musical dos presidentes continuou, dois dias depois, o dia 29 de novembro de 1965 o general Cristophe Soglo pôs fim à blocagem institucional obrigando Ahomadegbé a pedir demissão. Tahirou Congakou tornou-se o primeiro civil a assumir o poder sem golpe de Estado e sem ser eleito. Ele permaneceu no poder de novembro de 1965 a dezembro de 1965. Ele foi, no entanto, derrubado por um golpe liderado por Christophe Soglo, que era então General e Chefe das Forças Armadas, assim se iniciou o segundo

mandato de Christophe Soglo de dezembro de 1965 a dezembro de 1967. Ele mesmo foi derrubado, em 20 de dezembro de 1967, por um golpe liderado pelo Coronel Maurice Kouandété. Em dia 21 de dezembro 1967 Kouandété cedeu seu lugar a Alphonse Amadou Alley que dirigiu o país até junho de 1968.

Em junho de 1968 Emile Derlin Zinsou é o segundo civil na história que chega ao poder, sem eleições e sem golpe. Foi no decorrer de várias crises governamentais e da divisão entre os militares, que ele foi escolhido para assumir o comando do Estado. Ele foi derrubado por um golpe liderado pelos coronéis Maurice Kouandété e Sinzogan e o tenente-coronel Paul Emile de Souza em dezembro de 1969. Maurice Kouandété ficou no poder do dia 10 de dezembro 1969 até o dia 13 de dezembro 1969, ele tem a particularidade de ter a mais curta duração no poder em dois mandatos, cinco dias no total. Um conselho militar designou Paul Emile de Souza de dezembro de 1969 a maio de 1970 como chefe do Estado. Mas, o poder retornará aos civis, em maio de 1970, após o estabelecimento do Conselho Presidencial ainda chamado do “monstro de três cabeças” (La Nouvelle Tribune Info, 2013).

Sete anos depois do golpe militar que ele sofreu em 1963, Hubert Maga, é nomeado chefe de uma “troika” - um grupo composto de três pessoas - com Apithy e Ahomadégbé. A “troika” que era um Conselho Presidencial previa uma rotação a cada dois anos para assumir o cargo de presidente. Hubert Maga passou o poder a Ahomadégbé em maio de 1972. Mas, o terceiro civil da história do Dahomey que chegou ao poder sem eleição ou golpe, e segundo beneficiário do “monstro de três cabeças”, foi derrubado após seis meses de governança, pelo mais famoso dos golpes da história do Dahomey: o golpe de estado de 26 de outubro de 1972 (La Nouvelle Tribune Info, 2013).

Começa a partir desse momento, uma nova era na história do Dahomey independente. O Comandante Mathieu Kérékou assumiu o poder decorrente do golpe de Estado do dia 26 de outubro de 1972. Ele criou o GMR, - Governo Militar Revolucionário - instaurou o marxismo –Leninismo como ideologia do partido único o dia 30 de novembro de 1974. Um ano depois, o dia 30 de novembro 1975 o Dahomey tornou-se República Popular do Bénin, e o GMR aproximou-se da China, de Cuba e da Coréia do Norte. Várias reformas foram feitas nesse período. Mas, apesar de tudo, estas reformas não impediram o caos econômico e financeiro que o

país experimentou na década de 1980. Diante dos problemas gerados por esta paralisação econômica e financeira, a dificuldade de funcionamento de todos os setores de atividade e a pressão de doadores internacionais, o presidente Mathieu Kérékou foi forçado a abandonar a ideia de um partido único (marxismo-leninismo) e recorrer à Conferência Nacional das Forças Vivas da Nação em 1989. A República Popular do Benim tornou-se República do Benim com uma nova constituição.

Foi neste contexto que se iniciou o segundo período da vida política do Benim. Após a conferência de 1989, o Bénin Escolheu a opção política da democracia. Um primeiro ministro assumiu o cargo durante o período de transição até a organização de eleições justas e democráticas em 1991. Nicephore Dieudonné Soglo então primeiro ministro da transição derrotou Mathieu Kérékou nas eleições de março de 1991. Ele conseguiu, em cinco anos, reavivar a economia nacional e colocar o país no caminho certo para o desenvolvimento. Ao marcar uma ruptura clara com a era revolucionária (marxismo-leninismo), ele consegue restaurar a confiança dos parceiros técnicos e financeiros, investidores estrangeiros e, então, dar esperança ao povo de Bénin. Mas, apesar de seu

milagre econômico, ele não conseguiu ser reeleito em março de 1996.

Nicephore Soglo foi um dos raros presidentes africanos a organizar eleições presidenciais, a perder essas eleições e a entregar o poder de maneira pacífica. Isso foi o símbolo do renascimento democrático do Benim. O país passou a ser citado com exemplo na África e no mundo inteiro, depois de três décadas de instabilidades crônicas, o então Dahomey começou a sua nova era democrática. Derrotado no segundo turno das eleições presidenciais de 1996 por Mathieu Kérékou, Soglo se torna o homem mais incompreendido de todos os presidentes da história do Benim por causa deste fracasso. Porém, ele contribuiu para a construção da jovem democracia beninense. No mesmo momento, Mathieu Kérékou também tornou-se o primeiro presidente militar e depois civil do Benim. Kérékou foi reeleito em 2001 por outro mandato de cinco anos.

Ao chegar em 2006 o presidente Kérékou tinha assumido dois (02) mandatos seguidos, e como previsto pela constituição do país, um presidente não pode cumular mais do que dois mandatos seguidos. E essa mesma constituição prevê um limite de idade para se candidatar. Em 2006, o presidente Kérékou estava fora da

corrida por limite de idade e por limite de mandato. Contudo, pela história do Benim e pelo fato que existe na África um grupo de dirigentes que foram além dos mandatos previstos pela constituição, o maior medo do povo beninense era uma modificação da constituição que podia manter Kérékou no poder ressaltando que ele tinha o poder e a possibilidade de fazê-lo. Mas, em homem sábio que ele tornou-se, não houve modificação da constituição e ele não se apresentou nas eleições de 2006. Uma nova página da democracia do Benim foi escrita. Em 2006 Thomas Yayi Boni foi eleito presidente da República do Benim, ele cumpriu dois mandatos seguidos e também não modificou a constituição. É importante lembrar que a revisão da constituição é muito comum na África para se manter no poder. Em outros termos, os regimes autocráticos e/ou ditatoriais com ou sem ajuda da metrópole usam

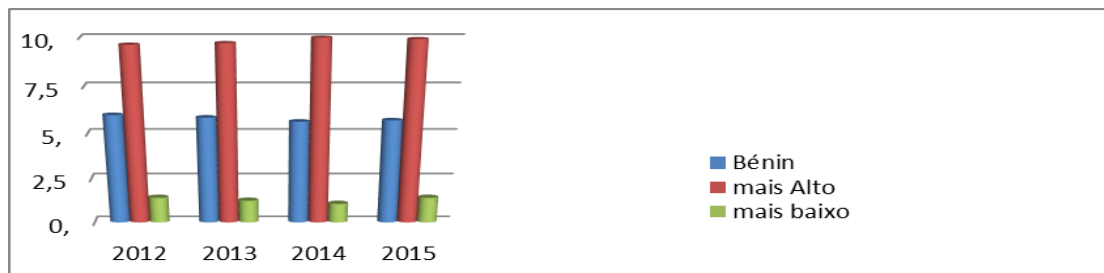
esse meio para se legitimar no poder. As consequências destas ações são das mais conhecidas no continente africano. O Benim está sendo governado pelo presidente Patrice Talon que assumiu o cargo em 2016 para um mandato de 5 anos.

Tabela - Benim: Índice de democracia (10 = perfeito)

Dados	Data de recolhimento
5.72/10	2015
5.65/10	2014
5.87/10	2013
6.00/10	2012

Fonte: <https://pt.actualitix.com/pais/ben/benin-indice-de-democracia.php> Elaboração própria a partir dos dados da Economist intelligence Unit- 2015.

Gráfico: dados do índice de democracia de 2012 a 2015



Fonte: <https://pt.actualitix.com/pais/ben/benin-indice-de-democracia.php> Elaboração do aluno a partir dos dados da Economist intelligence Unit- 2015

Conclusão

O Estado pós-colonial africano três décadas após a descolonização apresentava um balanço caótico: crises políticas, regimes ditatoriais, ausência de democracia, guerra civis e seus inúmeros mortos. A partir da década de 90 o vento da democracia começou a soprar no continente africano, vários antigos regimes autocráticos abraçaram a democracia, o número de conflitos caiu consideravelmente o que favoreceu a inserção internacional dos países africanos. Porém, mesmo que países como África do Sul, Gana, Botsuana e Bénin implementaram políticas

democráticas sustentáveis e continuam consolidando essa democracia, alguns países africanos ainda estão atrasados em relação ao sistema democrático. Enquanto Libéria, Angola estão se reconstruindo depois de décadas de guerras civis, país como a Costa do Marfim viu seu sistema democrático abalado por quase 11 anos de crise. A explicação à essa dificuldade de democratizar o continente africano reside de um lado na patrimonialização do Estado por parte das elites dirigentes africanas e de outro lado na própria estrutura pós-colonial caracterizada pela dominação da antiga metrópole sob sua forma mais cruel e versátil.

Referências Bibliográficas

Acutulai: (2015) [online] Disponível em <https://pt.actualitix.com/pais/ben/benin-indice-de-democracia.php> (Acesso em: 02 de setembro de 2018)

Brown, S. (2001). Authoritarian leaders and multiparty elections in Africa: how foreign do-nors help to keep Kenya's Daniel Arap Moi in power. *Third World Quarterly*, 22(5), pp. 725–739.

Brownlie, I. (1979). *Principles of Public International Law*. Oxford: 3 ed. Clarendon Press.

Eisenstadt, S. N. (1973). *Traditional patrimonialism and modern neopatrimonialism*. Beverly Hills: Sage Publications.

Finnemore, M. (1996). Defining State interests, In Finnemore, M. (ed), *National interests in international society*. Ithaca and London: Cornell University Press, pp. 1-33; pp. 128-149.

Ikenberry, J. (2011). *Liberal Leviathan: The origins, crisis, and transformation of the American World Order*. Princeton: Princeton University Press, pp 1-77; pp. 279-332.

Krishna, S. (2009). *Globalization and postcolonialismo: Hegemony and resistance in the twenty-first century*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.

La Nouvelle Tribune Info (2013) [online] Disponível em <https://lanouvelletribune.info/archives/benin/politique/15354-les-chefs-d-etat-du-dahomey-au-benin-de-1960-a-nos-jours> (Acesso em: 5 de Janeiro de 2018)

Martin, L. (1972) *Interests, Power and multilateralism*. *International Organization*, 46(4), pp. 765-792.

Medard, J.E. (1990). *L'État patrimonialisé*, *Politique africaine*, 39(9), pp. 25-36.
_____. (1999) *De la démocratie en Afrique*, MS, p. 15.

Robert, H. J.; Roseberg, C. G. (1982). *Why Africa's weak states persist: The Empirical and the Juridical in Statehood*. Cambridge University Press. *World Politics*, 35(1), pp. 1-24

Sciara, L. (2016). *Retour sur la fonction paternelle dans la clinique contemporaine*, Editions érès.

Weber, M. (1964). *The Theory of Social and Economic Organization*, ed. by Talcott Parsons New York: Free Press.